



# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO I

ANO XVI — Nº 223

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 13 DE DEZEMBRO DE 1961

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

8ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura

PEQUENO EXPEDIENTE

Padre Nobre.  
Euzébio Rocha.  
Lourival Batista.  
Estefani Miklita.  
Saldanha Derzi.  
Jonas Bahiense.  
Gurgel do Amaral.  
Joaquim Duval.  
Ernani Sátiro.  
Chagas Freitas.  
Moacyr Azevedo.  
Rezende Monteiro.  
Dáger Serra — 17-11.  
Clóvis Mota — 30-11.  
Antônio Carlos — 30-11.  
Benício Gonçalves — 30-11.  
Valério Magalhães — 5-12.  
Rubem Nogueira — 5-12.  
Castro Costa — 5-12.  
Theódulo Albuquerque — 5-12  
Dervile Alegrete — 6-12.  
Aderbal Jurema — 6-12.  
Aarão Stehruck — 11-12.  
Oswaldo Zanelo — 11-12.  
Antônio Rocha — 11-12.  
Adylio Viana — 12-12.  
Carlos do Lago — 12-12.  
Lino Braun — 12-12.  
Wilmar Guimarães — 12-12.  
Geraldo Guedes — 12-12.  
Epifânio de Campos — 12-12.  
José Talarico — 12-12.  
Miguel Bahury — 12-12.  
Valério Magalhães — 12-12.  
Cunha Bueno — 12-12.  
Dirceu Cardoso — 12-12.  
Último de Carvalho — 12-12.

REUNIÕES MARCADAS PARA QUARTA-FEIRA  
DIA 13 DE DEZEMBRO DE 1961

Comissões Permanentes

- I — De Constituição e Justiça — Turma "B", às 15 horas e 30 minutos.
- II — De Educação e Cultura, às 13 horas.
- III — De Legislação Social, às 15 horas e 30 minutos.
- IV — De Orçamento e Fiscalização Financeira — Turma "E", às 15 horas e Reunião "Plena", às 16 horas.
- V — De Relações Exteriores, às 15 horas e 30 minutos.
- VI — De Saúde, às 15 horas e 30 minutos na Sala 215.

Comissão Especial

Da Baía de São Francisco, às 15 horas, na Sala nº 214-A.

GRANDE EXPEDIENTE

Abel Rafael.  
Dirceu Cardoso.  
Campos Vergal.  
Paulo Lauro.  
Bento Gonçalves.  
Cunha Bueno.  
Agnaldo Costa.  
Oswaldo Zanelo.  
Flívio Salgado.  
Bezerra Leite.  
Saldanha Derze.  
Wilmar Dias.  
Nicolau Tuma.  
Lycol Hauer.  
Clélio Lemos.  
Alberto Hofmann.  
Alves de Macedo.  
Antz Badra.  
Floríceno Paixão.  
Unirio Machado.  
Oswaldo Lima Filho.  
Afrânio de Oliveira.

Esmerino Arruda.  
Ferreira Martins.  
Milton Reis.  
José Joffli.  
Rubem Nogueira.  
Henrique Turner.  
Pereira da Silva.  
Valério Magalhães.  
Sérgio Magalhães.  
Yukshegue Tamura.  
Hamilton Nogueira.  
Adylio Viana.  
Geraldo Guedes.  
Euzébio Rocha.  
Lustosa Sobrinho  
Rui Ramos.  
Milton Brandão.  
Wilson Calmon.  
Theódulo Albuquerque.  
Edvaldo Flores.  
Manoel de Almeida.  
Último de Carvalho  
Celso Brant.  
Temperani Pereira.

Hélio Ramos.  
Geraldo Carvalho.  
Humberto Lucena.  
Hamilton Prado.  
Chagas Freitas.  
Hélio Ramos.  
Rezende Monteiro  
Padre Nobre.  
Breno da Silveira.  
José Lopes.  
João Veiga.

Ordem do Dia marcada pelo Senhor Presidente para a sessão extraordinária matutina de 13 de dezembro de 1961

EM PRIORIDADE

Votação

Projetos ns. 3.541-A-61, 3.140-A-A de 1961, 3.524-A-61, 3.520-A-61 e 4.746-I de 1958.

Projetos de Decreto Legislativo número 64-A-61 e 65-A-61.

Projetos ns. 1.534-A-60 e 1.831-A de 1960.

Projeto de Decreto Legislativo número 98-61.

Discussão

Projetos ns. 3.612-A-61, 1.410-11 de 1960, 1.107-A-59, 1.544-A-60, 2.877-A de 1961, 136-B-46, 2.291-A-60, 3.472-A de 1961 e 1.543-A-56.

## SUMÁRIO

- 1 — MESA
- 2 — LÍDERES E VICE-LÍDERES
- 3 — COMISSÕES PERMANENTES
- 4 — COMISSÕES ESPECIAIS
- 5 — COMISSÕES DE INQUÉRITO
- 6 — ATAS DAS COMISSÕES
- 7 — 290ª SESSÃO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 4ª LEGISLATURA, EM 12 DE DEZEMBRO DE 1961 — (Extraordinária matutina).

- I — Abertura da sessão
- II — Leitura e assinatura da ata da sessão anterior
- III — Leitura do expediente

Comunicações

Do Sr. Deputado Amaral Furlan, comunicando que reassume o Mandato de Deputado Federal.

Da Comissão para dar parecer à Emenda Constitucional nº 24, comunicando que o Sr. Deputado Geraldo Freire foi eleito Presidente da mesma.

Projetos apresentados

Nº 3.736-61, do Sr. Santos Lima, que cria o Instituto Nacional de Assistência e Integração Social — (As Comissões de Constituição e Justiça de Legislação Social e de Finanças).

Nº 3.737, de 1961, do Sr. João Cleofas, que dispõe sobre a exploração de terras, e dá outras providências — (As Comissões de Constituição e Justiça, de Economia e de Finanças).

Nº 3.738-61, do Sr. João Cleofas, que dispõe sobre utilização das terras irrigáveis do Nordeste, e dá outras providências — (As Comissões de Constituição e Justiça, de Economia e de Finanças).

Nº 3.739, de 1961, do Sr. João Cleofas, que dispõe sobre locação rural — (As Comissões de Constituição e Justiça, de Economia e de Finanças).

Projeto a imprimir

Nº 3.319-B-61 — Torna extensivas aos servidores das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais do Amazonas, Pará, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Espírito Santo, Mato Grosso, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Guanabara, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo disposições das Leis 3.780 e .....

do Norte, quando chama a atenção desta Casa para as sucessivas espoliações de que tem sido vítima nosso Estado. E acho que esta é a ocasião de se fazer justiça ao Rio Grande possibilitando-lhe a emancipação econômica, através do aproveitamento das águas-mães das nossas salinas.

O Sr. Tarcísio Maia — Agradeço sinceramente ao nobre Deputado Clóvis Mota e junto sua palavra a minha modesta palavra na defesa da solução destes problemas norte-riograndenses. Tanto mais quanto me sempre confessar que tenho em S. Ex.<sup>ta</sup> um companheiro de trabalho devotado aos interesses da nossa região. Semos membros da mesma Comissão, onde fazemos nossos esforços em busca da solução dos problemas do Rio Grande do Norte.

Mas, Sr. Presidente, dizia eu que devia o Governo associar-se aos salinheiros nor-riograndenses para a grande salina mecanizada, salina única do estuário do rio Mossoró. O que custaria esse empreendimento? Não temos estudos feitos, projetos elaborados para uma salina única em toda a área aproveitável do estuário do rio Mossoró. Não temos também dados concretos para mostrar o que seria uma fábrica de potássio e instalações que aproveitassem os sais de magnésio e de bromo. Em relação à fábrica de potássio, de grande importância, acabamos de nos referir àquelas instalações que existem nos Estados Unidos, em Bonneville, cujas condições são mais ou menos semelhantes à nossa, e custo na ordem de 2 milhões de dólares.

Mas eu poderia dizer, a grosso modo: algumas centenas de milhões de cruzeiros, para a construção e mecanização da própria salina, e esses dois milhões de dólares, para a fábrica de adubos químicos potássicos tão necessários à nossa agricultura.

Gostaria agora de fazer um comentário, ligeiro sobre aspectos da implantação da indústria química no Brasil.

Conhece a Nação inteira a existência da Companhia Nacional de Alcalis, sociedade de economia mista com o capital de 800 milhões de cruzeiros, que se instalou em Cabo Frio, no Estado do Rio, para ali produzir carbonato de sódio e soda cáustica. Instalou-se ela em condições técnicas reprováveis, porque a principal matéria prima numa indústria de transformação que vise produzir barrilha e soda cáustica é o cloreto de sódio e em Cabo Frio não há possibilidade de produção a preço econômico dos necessários suprimentos desta matéria prima.

O segundo contingente de matéria prima é fornecido pelo calcário e o de Cabo Frio não é bom, nem barato. É um calcário conciférico e apenado por intermédio de dragas e transportado em barcaças por um canal de oito e meios quilômetros, até um porto desembarcou construído nas proximidades da fábrica. Cabo Frio tem, em seu favor, dizem aqueles que projetaram a grande indústria, as proximidades do centro de consumo e a existência de uma corrente que facilita, em termos industriais, a fabricação da barrilha.

Senhores Deputados. A situação da Companhia Nacional de Alcalis é esta: com capital de 800 milhões de cruzeiros, pretende, agora, aumentá-lo para 15 bilhões de cruzeiros; deve, nos bancos oficiais, especialmente ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, nada menos do que 6 bilhões e 700 milhões de cruzeiros; deve, de atrasados e de compromissos a se vencerem até dezembro de 1961, cerca de 1 bilhão e 400 milhões de cruzeiros; tem compromissos a se vencerem entre 61 e 63 de 1 bilhão e 800 milhões de cruzeiros, e precisa, ainda, para concluir suas instalações, que possibilitam a produção de 20 mil toneladas de soda cáustica e 100 mil toneladas de barrilha. 3 bilhões de cruzeiros, especialmente destinados à

complementação de uma salina, para produzir sal artificialmente.

Como produzir sal artificialmente? Construindo pré-concentradores dentro da Lagoa de Araruama; construindo concentradores, moinhos, cristalizadores e instalação térmica a ser acionada por óleo Diesel ou carvão, consumindo divisas preciosas para evaporar a água do mar na sua fase final e promover a cristalização do cloreto de sódio.

Imagine a Casa por quanto vai sair essa matéria prima para a Companhia Nacional de Alcalis, por quanto sai esse sal produzido artificialmente a vácuo com uma instalação movida a óleo Diesel ou a combustão de carvão importado! Estabelecem os Srs. Deputados uma comparação entre o que se verifica em Cabo Frio e o que se pode fazer no litoral do Nordeste. Queimar petróleo, ou queimar carvão para evaporar a água do mar, quando, no Nordeste, os ventos alísios, que sofrem constantemente, quando o sol escaldante, que cai sobre a superfície do estuário dos três grandes rios secos do Nordeste, possibilitam evaporar, de graça, sem despesa de um centavo, água do mar que cristaliza não 200.000 toneladas de sal, que se pretende produzir com 3 bilhões de cruzeiros de investimento, mas dez milhões de toneladas de sal, quanto podem produzir os estuários de três rios — o Jaguaribe, o Mossoró e o Açu. Srs. Deputados, com 3 bilhões de cruzeiros, com os quais se pretende construir, uma salina com capacidade de produção de duzentos milhões de toneladas de sal, construir-se-ia, no Rio Grande do Norte, não só essa salina para 200 mil toneladas, mas uma salina para produzir 4 milhões de toneladas e que os produziria sem consumir óleo Diesel, ou carvão, mas utilizando a ventania constante do Nordeste e o sol escaldante da região.

Nos vinte mil hectares de terras de salinas da região Mossoró será possível evaporar anualmente, com energia sol, 200 milhões de metros cúbicos d'água do mar o que representa um trabalho energético equivalente a 200 milhões de quilowatts hora ou a combustão de 20 milhões de toneladas de carvão.

O Sr. Clodomir Millet — Pode V. Exa. acrescentar o Estado do Maranhão, que também poderia produzir, pelo processo natural a que V. Exa. se referiu, grandes reservas de sal, sem o gasto de um centavo. O Maranhão também pode ter produção de sal em grande escala, produção barata e fácil, que poderia ser aproveitada, inclusive para possibilitar, igualmente, a construção do Porto de Itaqui.

O Sr. TARCÍSIO MAIA — Muito obrigado, nobre colega, pela contribuição de V. Exa.

Esta é a situação, Srs. Deputados, e aqui me encontro, como representante nordestino, como homem do Rio Grande do Norte, defendendo nossos interesses.

O Sr. Aurélio Vianna — Nobre Deputado Tarcísio Maia, hoje, aprendi grande lição. O discurso de V. Exa. é uma dessas peças memoráveis, que ficará nos Anais da Câmara como um grito de alerta para todo o Brasil. Não posso, mesmo, entender como se pratica um atentado desses contra uma região, que, segundo o Deputado Djaima Marinho, dá tudo de graça. O vento é de graça, a água é de graça, o clima é de graça, e poder-se-ia industrializar aquela região...

O Sr. TARCÍSIO MAIA — Tudo é dado pela natureza.

O Sr. Aurélio Vianna — ... dando-lhe perspectivas notáveis de desenvolvimento. Só poderéi dizer a V. Exa. que, nessa sua luta, V. Exa. contará com o apoio da pequena bancada do Partido Socialista e com o que pudermos fazer para ajudar a redenção daquele notável Estado de um notável povo, o Rio Grande do Norte.

O Sr. TARCÍSIO MAIA — Agradeço de coração, nobre Deputado, a solidariedade que V. Exa. empresta à causa norte-riograndense, disse mal, à causa nordestina, ainda disse mal, à causa nacional, qual seja a da recuperação da indústria salinera do Nordeste e a instalação, ali, baseada nessa indústria, da grande indústria química.

Este, Sr. Presidente, o apelo que faço à Casa e à Nação: que o Governo, através da SUDENE, órgão competente para intervir na matéria, se associe aos industriais salineros da minha região; que ali se construa grande salina mecanizada aspiração

de enorme população; que ali se instale uma indústria química, com o aproveitamento das águas-mães, produzindo potássio, aproveitando sais de magnésio e de bromo; que ali se construa o Porto de Arca Branca, que se tornará, não só um escondeiro de sal, mas, seguramente, um grande porto regional, porque, apesar de não possuir qualquer ancoradouro, é o sexto em movimento de todo o País. Em Arca Branca deve ser construído um porto, não só salinero, mas também de carga geral, que servirá metade Território do Rio Grande do Norte, a extensas regiões do Ceará e da Paraíba, e também a uma parcela do Piauí e de Pernambuco.

Este o apelo que formulo às autoridades da República. Se isto se fizer, estou seguro de que naquele ponto do Nordeste brasileiro se implantará uma grande indústria, só superável neste País talvez pelas indústrias siderúrgicas e petrolíferas. (Muito bem; muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

(Wilson Calmon) — Com a palavra o Sr. Josué de Castro.

O SR. TENÓRIO CAVALCANTI:

Sr. Presidente, indagaria de V. Exa. se, como Líder de Partido, poderia fazer uma rápida comunicação.

O SR. PRESIDENTE:

(Wilson Calmon) — V. Exa. poderá falar com a licença do orador. (Pausa).

Com a palavra o Sr. Tenório Cavalcanti com a licença do orador para uma rápida comunicação.

O SR. TENÓRIO CAVALCANTI:

(Para uma comunicação — Sem renúncia do orador) — Sr. Presidente, queria enviar à Mesa requerimento de informações ao Sr. Ministro da Fazenda, do seguinte teor:

REQUERIMENTO Nº

Solicita informações ao Ministério da Fazenda.

Requiro que a Mesa da Câmara nos dê informações do Recomeço Intero oficial em caráter de urgência, ao Senhor Ministro da Fazenda, solicitando as seguintes informações:

1) Se foi requerida por alguma das Comissões técnicas da Câmara a vinda à Casa de assessoria técnica do Ministério da Fazenda, para assistirem debates em torno da votação do projeto de reforma tributária. Em caso afirmativo, quantos foram os funcionários e quais os seus nomes.

2) Se, porventura, foi contratado algum técnico, não pertencente aos quadros do Ministério, para assistir a Comissão de Finanças, de Economia ou qualquer outra. Em caso afirmativo, qual o nome desse assistente e por que verba recebe o pagamento de serviços técnicos prestados.

3) Em que seção, repartição, divisão ou departamento do Poder Executivo trabalha, o Dr. Ezequiel Pedreira. Se o mesmo foi posto à disposição de alguma Comissão e em que data. Em caso afirmativo, qual o ofício que o fez apresentar à Câmara e a que autoridade legislativa. Qual o teor e data do ofício e a que autoridade foi endereçado.

Este, Sr. Presidente, o requerimento que encaminharei à Mesa. Participei, ontem, dos trabalhos da Comissão de Finanças, e lá verifiquei a presença de uma infinidade de assessores do Ministério da Fazenda, com os quais conversei, sendo que nenhum deles é servidor daquele Ministério. Quase todos são técnicos de companhias de energia elétrica que têm interesse em alterar o projeto sobre o assunto.

Como considero isso da maior gravidade, peço seja o requerimento encaminhado ao Sr. Ministro da Fazenda, em caráter de urgência. (Muito bem.)

O SR. JOSÉ DE CASTRO:

Sr. Presidente, venho a esta tribuna para dar conta à Casa, e aos meus eminentes colegas, da missão que tive a honra de desempenhar no exterior, na qualidade de Presidente da Delegação Brasileira, à 11ª Conferência Geral da F.A.O., que teve lugar em Roma em novembro último.

Faço-o com satisfação, primeiro, porque considero, obrigação do representante do povo, quando incumbido de uma missão, dar conta do que realizou no cumprimento da mesma. Em segundo lugar, e com maior satisfação ainda, porque estou certo de que algumas das resoluções tomadas por esta Conferência, sem dúvida nenhuma a mais importante de quantas realizou este organismo internacional, são do mais vital interesse para o Brasil, principalmente no momento crítico que atravessamos. No bôjo da crise econômico-social que ameaça o País, avulta o problema da luta contra a fome e a subnutrição que continuam a grassar em extensa área nacional.

Ora, a F.A.O., é o organismo internacional, a agência especializada da ONU, que tem como finalidade precípua lutar contra a fome e a subnutrição no mundo.

Nestas condições, as suas atividades interessam sobretudo a um País como o nosso, que procura por todos os meios libertar-se deste flagelo. Nós, brasileiros, temos consciência de que não há um remédio específico contra a fome, que fome é sinônimo de subdesenvolvimento, e, que, enquanto formos uma nação subdesenvolvida, teremos irremediavelmente o fantasma negro da fome, como uma componente da paisagem cultural brasileira.

Desejo, de início, dizer a V. Exa., Sr. Presidente, e aos nobres colegas, em breves palavras, o que é a F.A.O.

A F.A.O., Sr. Presidente, é este organismo que tem como finalidade cooperar com todos os povos do mundo, que, como membros integrantes, se beneficiam de sua orientação, de seu apoio, da sua colaboração e cooperação técnica e financeira. A FAO foi criada por iniciativa do saudoso Pres. John Roosevelt, em 1944, em plena vigência da última guerra, quando já se vislumbrava a paz. Esse grande estadista visualizava a necessidade de recompor o mundo e emancipar as populações de suas dificuldades, nas quais a mais angustiante era a produção de alimentos. Propôs a realização de uma conferência em Hot Springs (U.S.A.), da qual nasceu a FAO. Durante quase vinte anos vem esse organismo internacional e funcionando para retirar do mapa do mundo as negras manchas demográficas das populações famintas.

Infortunadamente, seu esforço até hoje não foi coroado de completo êxito, porque o problema da fome não pode ser resolvido da noite para o dia. Ele tem raízes profundas firmadas nas estruturas econômico-sociais do mundo inteiro, e, assim, suas implicações atingem todos os fatos de ordem econômica da política internacional. Dá a dificuldade, a limitação-relativa no cumprimento dos elevados objetivos que determinam a criação desse organismo especializado das Nações Unidas, a F.A.O.

A 11ª Conferência da FAO, realizada em novembro último, em Roma, teve algumas características especiais que merecem ser postas em destaque, neste momento, para o povo brasileiro e para os seus representantes, nesta Casa. E que essa Conferência se caracterizou por uma mudança no comportamento político da instituição, que passou a ser, praticamente, governada e orientada pelas nações subdesenvolvidas e não pelas grandes potências que até então manipulavam, intencionalmente, as Nações Unidas, e, especificamente, as suas agências especializadas. O fato de terem entrado para a FAO, nessa Conferência, 18 países novos do Continente negro, países africanos recentemente emancipados no colonialismo político e possuídos de um grande desejo de participar dos destinos do mundo, deu à Conferência da FAO novo sentido, nova orientação, novo comportamento, nova filosofia de ação, passando do debate estéril e lírico, que tampouco os problemas, mas não os resultados, as soluções imediatas, diretas e práticas, no sentido de ajudar os países a emancipar-se da fome, em vez de engodá-los com o panfletos, que, na verdade, nem matam a fome nem concorrem, verdadeiramente, para resolver o problema.

Essa última Conferência da FAO foi chamada de conferência dos países subdesenvolvidos. Seu orçamento de 64 milhões de dólares foi aprovado integralmente, sem nenhum corte, porque o grupo maior das nações subdesenvolvidas constituído de 72 nações, num total de 100 membros, chamado Bloco Latino-Americano-Afro-Asiático — que tenho a honra de presidir desde que o Brasil foi homenageado com essa distinção — aprovou esse orçamento, com a condição de que ele fosse, realmente, aplicação do sentido de emancipar as nações famintas e subdesenvolvidas desse terrível flagelo, que é a fome.

O Sr. Rui Ramos — Meu ilustre colega, dificilmente alguém nesta Casa teria mais autoridade, mais experiência para tratar deste assunto do que V. Exª, que tem participado há longos anos dos mais altos conselhos internacionais nesse setor. Eu mesmo tive a honra e a oportunidade de ser companheiro de V. Exª numa das conferências da FAO.

O SR. JOSUE DE CASTRO — O que muito me honrou.

O Sr. Rui Ramos — Pode assim ver a extensão e a profundidade da luta dos povos subdesenvolvidos do mundo inteiro e da contribuição que V. Exª tem dado nesse imenso setor do trabalho humano em todos os continentes.

A referência que V. Exª faz, da participação dos países novos da África nesta nova conferência da FAO, é de fato relevante, porque, no momento talvez não haja no mundo moderno um grupo mais atuante, mais competente de estadistas do que os africanos dos países novos, homens formados na Inglaterra, nos Estados Unidos, nos países socialistas, que depois voltaram às suas terras e levaram com a grande contribuição do pensamento novo do mundo, especialmente do grande despertar dos povos oprimidos. Foi exatamente a África, através de seus estadistas, que criou para o caso da reforma agrária as novas teses, como por exemplo aquela de que, sendo a terra o único bem que não se reproduz, deve pertencer a quem de fato a trabalha. E assim esses estadistas africanos novos, dos países recém-emancipados, têm dado exemplos e lições ao mundo desenvolvido e têm servido de bandeira a uma série de novas lutas que a área periférica vem travando no mundo. De maneira que felicito V. Exª pela exposição que está fazendo e pela nova contribuição que traz à Câmara, nesse setor da influência da FAO no mundo atual.

O SR. JOSUE DE CASTRO —

Agradeço ao meu nobre colega seu aparte esclarecedor e precioso, no sentido de enriquecer meu modesto discurso. V. Exª tem autoridade para intervir no debate porque realmente, como disse, teve oportunidade de participar de uma das delegações da FAO e exatamente na oportunidade em que tive a honra de ser eleito Presidente do Conselho Executivo dessa organização.

O Sr. Rui Ramos — Por unanimidade.

O SR. JOSUE DE CASTRO — Foi V. Exª quem comunicou ao saudoso Presidente Getúlio Vargas esta vitória do Brasil que, na verdade, não foi uma vitória pessoal minha, mas o reconhecimento dos países membros daquele organismo internacional de que a escola brasileira de alimentação e nutrição, tinha levado uma contribuição tão preciosa àquela organização que o Brasil devia ser eleito, na minha modesta pessoa, para dirigir os destinos daquela entidade.

O Sr. Carmelo D'Agostino — Nobre deputado, não há dúvida alguma de que V. Exª, discursando sobre o assunto da fome, o faz com muita autoridade. Esta Casa lhe reconhece supremacia de saber desse tema.

O SR. JOSUE DE CASTRO — Obrigado a V. Exª.

O Sr. Carmelo D'Agostino — Li algumas obras de V. Exª, como a "Geografia da Fome". E V. Exª uma das sumidades na etnologia de nossa terra. Sei que V. Exª, peregrina pelo mundo difundindo as ideias a respeito da luta contra a fome e o faz de maneira profunda com conhecimentos vastos e largos, discutindo em todos os caminhos dessa ciência. Mas V. Exª há de permitir que lhe pergunte: O Congresso da Fome, que no mundo se promove para que saibamos que ainda há fome nele, embora a natureza esteja preche de alimentos com que possa e deva alimentar o homem através do trabalho e que se este não existe para o aproveitamento deste esforço e obtenção do produto o é pela maneira com que se distribui o elemento produtor no sentido capitalista, a maneira que eu chamaria abjeta, amarga; nesse Congresso, houve quem se lembrasse de protestar contra as experiências nucleares, que se colocam acima da fome, que fazem com que morram os indivíduos que não tenham meios capitalistas com que se possam nutrir, se não aqueles que devem morrer por discussões, por combates ideológicos, e que se preparam através desses megatons que estão já assumindo proporções de 50 ou 100? Nesse Congresso, nobre Deputado, foi isto discutido? Pretendo que me diga isso para alento moral da minha pessoa.

O SR. JOSUE DE CASTRO — Agradeço o aparte elucidoativo de V. Exª e tenho a alta satisfação de responder que houve quem falasse sobre isso e quem o fez foi o chefe da delegação brasileira que está nesta tribuna. Falou no sentido de afirmar que é um crime contra a humanidade gastar-se despropositos de capitais para criar armamentos inúteis que serão usados diante do impacto do equilíbrio atômico no mundo, enquanto a humanidade continua morrendo de fome.

A delegação brasileira propôs que se começasse progressivamente o desarmamento e que a economia daí resultante — hoje cerca de 100 bilhões de dólares por ano são gastos em armas inúteis, ferro velho no ano seguinte — fosse exatamente utilizada na luta contra a fome no mundo. Não apenas dando comida aos que têm fome, que é uma solução de emergência, de caráter paternalista, mas promovendo o desenvolvimento autêntico dos países subdesenvolvidos que só eles poderão, pelo seu

trabalho, pela sua produção, pela sua produtividade, libertar-se da fome, que não é mais do que a expressão biológica de um contraste social, que é o subdesenvolvimento de tipo colonial e que foram submetidos 2/3 das regiões do mundo inteiro.

O Sr. Carmelo D'Agostino — Mas uma vez felicito V. Exª.

O SR. JOSUE DE CASTRO — Agradeço a V. Exª a colaboração.

Como dizia eu, Sr. Presidente, não posso desenvolver aqui aspectos doutrinários sobre a matéria, porque quero chegar à parte concreta, que talvez esteja latente no cérebro daqueles que me honram com a sua atenção. É o que fez esse Congresso e o que dele pode resultar objetivamente, nessa luta contra a fome, que não deve ser uma luta de palavras de simples doutrinas, mas uma luta autêntica e real para emancipar 2/3 da humanidade que continuam morrendo de fome.

Neste sentido, não me posso alongar na análise do Congresso que durou três semanas, além de uma semana preparatória do Conselho Executivo. Durante quatro semanas em sessões matinais, vespertinas e noturnas, fiz parte das várias comissões que debateram o assunto. Apenas posso aqui salientar os pontos fundamentais e mostrar os aspectos que mais interessam às perspectivas do Brasil. É o que vou fazer a seguir.

Os assuntos fundamentais do Congresso foram três: 1.ª) análise da situação alimentar do mundo atual; 2.ª) o estudo do grave problema dos excedentes alimentares e de como utilizá-los racionalmente no interesse das populações subnutridas; e 3.ª) como dar à campanha mundial contra a fome e eficácia necessária para que ela não seja apenas um slogan, mas uma realidade que se imponha à confiança dos povos que, tendo fome, se impacientam de sair desse estado.

Começarei pela análise da situação alimentar do mundo. A Conferência da FAO chegou à evidência de que, apesar dos esforços conjugados das Nações Unidas e de várias outras entidades e povos, até hoje 2/3 da humanidade continuam passando fome. Apesar desses esforços, a produção do mundo no ano de 1960, não sobriu nem ao menos no ritmo correto do aumento da população mundial. Nesse ano, Malthus aparentemente teve razão, cresceu mais a população do que a produção de alimentos. Agravou-se, pois, a situação alimentar de um mundo já faminto. Essa constatação não significa que a partida esteja perdida, não revela que não haja meios de lutar contra a fome e intensificar a produção do mundo. Não quer dizer, nem de longe, que os recursos naturais sejam limitados, que a natureza seja mesquinha. Que haja fome no mundo porque não haja possibilidade de aumentar a produção, porque os solos estejam esgotados e porque a população cresça de maneira descontrolada. Nada disto é verdade.

Em certos países, como nos Estados Unidos, no Canadá e em outras áreas do mundo, áreas que não são agrícolas, mas industriais, ricas e bem desenvolvidas, o crescimento da produção alimentar se tem processado num ritmo tal que foi preciso controlá-lo, para evitar o desmedido acúmulo dos excedentes, que hoje se avolumam em tal produção nos Estados Unidos, que este país gasta para armazenar alimentos uma quantia em dólares superior à de todos os seus planos de ajuda aos países subdesenvolvidos do mundo. Isso demonstra o quê? Demonstra que há fome no mundo, por mesquinhez não da natureza, mas de certos grupos humanos. Porque se quiséssemos resolver o problema, e vamos resolvê-lo, não por bondade, mas à força das circunstâncias: se o quiséssemos, o problema já estaria re-

solvido, porque os potenciais de reservas do solo são inmensuráveis. A aplicação da ciência e da técnica permite multiplicar inúmeras vezes a produtividade de qualquer tipo de solo. Os meios técnicos de irrigação e correção do solo permitem interpor, hoje à área cultivada a maior parte das extensas regiões chamadas áridas e semi-áridas, só aparentemente estériles com sua fertilidade, na dependência de um fator limitativo. O Saara é desértico só porque não tem água. Dotado de água, em certas regiões, torna-se de fertilidade espetacular. E, nessas regiões, temos os oásis, as terras da promessa. Esta, a primeira constatação da FAO, que evidencia como deve mudar a política, não se restringindo a fazer despertar a consciência de que no mundo há fome! Já se sabe que há fome. Já ninguém tem coragem de negar que há fome como se negou, quando escrevi meu primeiro livro — a "Geografia da Fome" e me chamaram de comunista, porque eu afirmava que num país rico como o Brasil, onde o verde e amarelo de nossa bandeira simbolizavam o ouro e as esmeraldas de nosso solo, havia fome. Hoje, já ninguém pode acreditar nisso, porque é Sua Santidade o Papa quem afirma que o maior perigo atual no mundo é o da fome. E Kennedy, Presidente do país mais capitalista da América — quem diz que o maior drama que a humanidade tem a enfrentar é o da fome. E o Presidente Khrushchev, chefe do mundo socialista, quem diz que, enquanto houver fome, haverá guerra. Diante dessa evidência é que afirmo que não basta despertar a consciência parcial de que no mundo há fome. Não basta isso, porque, esta revelação parcial longe de ser construtiva cria nos povos famintos um estado de revolta, porque esses povos sabem que sua fome não é uma contingência natural, irremediável, mas produto de estruturas econômicas defeituosas e egoísticas de tipo colonial ou neo-colonial, que como sobrevivência da aservidão dos tempos feudais, mantêm escravizados à fome e à miséria os aparentemente povos livres, povos e grupos humanos, esfomeados e espezinhados pelos círculos de ferro da miséria e do subdesenvolvimento. É preciso ir mais longe. E foi isso o que se fez nesta conferência da FAO. Estabeleceu-se que alguma coisa de concreto fosse feita e esta coisa se delineou nos seguintes escalonamentos: Primeiro: havia de um lado os excedentes alimentares inutilizados e de outro lado, os povos famintos e deficientes. Como usar os excedentes? Até hoje, os excedentes têm sido doados aos países miseráveis, negociando-se sua fome e sua miséria em troca de sua adesão a ideologias políticas, o que oprime e ofende, o que dá um caráter de miséria organizada e vendida. São os povos que vendem sua fome em troca da sua liberdade, portanto, uma forma de colonialismo — o neo-colonialismo econômico dos tempos atuais, imposto através das chamadas áreas de influência econômica.

Há anos temos lutado no sentido de que os excedentes alimentares sejam aproveitados, não como arma de submissão política e de espoliação colonial, mas como fator de propulsão do desenvolvimento econômico das regiões mais pobres do mundo.

Quando em 1952 fui eleito presidente do Conselho Executivo da FAO, mantive entrevistas com o Presidente Truman dos Estados Unidos, com o Primeiro Ministro Churchill do Reino Unido, e com vários outros chefes de governo, para lhes propor a criação de uma reserva internacional de alimentos sob a égide das Nações Unidas. As circunstâncias naquele momento não foram favoráveis ao triunfo imediato dessas ideias. Hoje elas triunfaram. Na última conferência da FAO foi aprovada a criação do

Banco Internacional de Alimentos" com um capital inicial de 100 milhões de dólares, subscritos pelos 100 países membros desta organização internacional.

Este capital será subscrito em terços em alimentos e dois terços em dinheiro, para que, com esse capital, se inicie a manipulação dos excedentes alimentares, que serão adquiridos e vendidos, aos países que deles necessitam, para serem utilizados, não como caridade, mas como um tipo de investimento para projetos autênticos de desenvolvimento econômico. Desta forma, os excedentes de alimentos se transformam em capital. É por isso que a organização se chama BANCO — Banco Internacional de Alimentos. Quando o Brasil tiver um projeto de uma estrada, compreendendo 1/3 de alimentação para os trabalhadores, o BANCO entrará com esses alimentos e nosso projeto ficará descontado em seus investimentos de 1/3, que será promovido através da ajuda internacional. Desta forma, tiramos, ao problema dos excedentes, o aspecto pejorativo e luminante, de recebimento de esmola; tiramos os excedentes das mãos para alimentar as pobres populações famintas, como é o caso daquelas do nordeste brasileiro. Esta foi a primeira conquista significativa da Conferência, em grande parte conquista do Brasil, como disse no começo desta oração. Estou certo de que é de interesse da Casa saber que a revelação ao mundo de nossa fome e de nossa miséria não tem sido inútil, nem negativa, mas tem sido positiva, porque é graças a ela que se realizam e se objetivam instituições como esta, do Banco Internacional de Alimentos que muito poderá servir ao Brasil e ao mundo.

O Sr. Tenório Cavalcanti — Só num ponto discordo de V. Exa.: em matéria de auxílio alimentar dos Estados Unidos ao Brasil, mormente no Nordeste, onde há realmente a fome. Porque há uma concepção no nordeste, que V. Exa. conhece, que está no glóbulo do sangue do fazendeiro, que o leva a desejar o máximo de lucro com o mínimo de despesa.

Quanto mais se der alimento gratuito ao sertanejo, mais o fazendeiro diminuirá o salário dos trabalhadores. Criou-se ali a concepção de gastar pouco e ganhar mais, como disse. O problema seria a reforma agrária urgente, para elevar o nível de vida geral dos nossos sertanejos e evitar com isso o êxodo que se verifica.

O SR. JOSUE DE CASTRO — Chegarei já. Quero acentuar que essa forma de utilização dos excedentes visa exatamente evitar essa manipulação. Não vamos dar mais alimentos, mas, primeiro, fazer projetos, evitando o dumping, inundar o mercado dos países subdesenvolvidos, cuja agricultura é deficiente, com os excedentes alimentares que desorganizam, completamente a produção. Excedentes alimentares jogados desordenadamente constituem uma falsa ajuda, ajuda negativa, porque faz permanecer no subdesenvolvimento e no atraso a agricultura dos países subdesenvolvidos que se constituem como um terrível fator de contenção do progresso econômico nas áreas subdesenvolvidas do mundo.

Sobre os planos da Campanha Mundial contra a fome, criada há 2 anos pela X Conferência da FAO e cujo primeiro Comitê Inter-governamental reuniu em maio de 1949 teve a honra de presidir, a Delegação brasileira levando instruções específicas, moldadas dentro da nova política exterior do Brasil, instituída pelo atual Chanceler, Professor Santiago Dantas, expressou o seu ponto de vista, de que, a luta contra a fome não se devia limitar à simples denúncia do problema nem a uma simples batalha pela produção agrícola mundial. A nosso ver não existe um específico contra a doença da fome, pois que ela representa a expressão biológica de um complexo econômico. Lutar contra a

fome é lutar contra o sub-desenvolvimento. É lutar contra todos os fatores que determinam o desequilíbrio econômico do mundo e a desigualdade social entre os povos.

A nosso ver, esta luta tem como pré-requisito o respeito econômico aos países sub-desenvolvidos, até hoje explorados de maneira desumana pelas grandes potências imperialistas. Problemas como o da paridade dos preços das matérias primas e dos produtos de base em relação ao preço dos produtos industriais, e sua estabilização no mercado mundial, constituem fatores indispensáveis à emancipação econômica dos países famintos. Os problemas das trocas comerciais e os problemas das estruturas agrárias se entrosam na manutenção do mundo da fome. Sem esses pré-requisitos são ilusórios todos os planos de industrialização do terceiro mundo — o mundo sub desenvolvido e faminto.

Para lutar contra a fome temos pois que penetrar até as raízes do problema e não nos limitarmos a simples paliativos. Foi esta filosofia de ação que se impôs, como diretiva das resoluções da última conferência da FAO.

A delegação brasileira considerando a impossibilidade de ser atacado o problema em toda sua extensão universal, sugeriu que fossem escolhidas determinadas áreas típicas para nelas se concentrar o máximo de esforços conjugados. Autorizados pelo governo brasileiro, sugerimos que fosse o nordeste considerado como uma área demonstrativa dentro dos planos de ação da Campanha Mundial contra a fome e a sub-nutrição. Esta proposta foi aceita pela direção da FAO que passou a considerar o projeto de integração econômica do nordeste como uma experiência piloto para todo o mundo sub-desenvolvido. Realmente possui o nordeste um conjunto de possibilidades e de circunstâncias sociais que fazem desta zona uma região ideal para tal experiência demonstrativa. A verdade é que o nordeste possui uma base física que não justifica a existência da fome remanente nesta região. O desejo de emancipação, produto da consciência política do povo nordestino, constitui também um fator favorável ao sucesso desta experiência.

No nordeste se concentra o grosso da população brasileira, numa tal proporção que — ouçam bem — o Nordeste do Brasil é o maior país, de todos os países da América Latina em massa de população. Não há nenhum país na América Latina com mais de 23 milhões de habitantes, que é a população do Nordeste. Este país, nordestino, com a ajuda internacional, assim considerada, poderá se emancipar em 5 anos de sua fome e de sua miséria.

Está o Nordeste, assim, exposto a um dilema: ou, com a ajuda internacional nos emancipamos de nossa fome e de nossa miséria, dando ao mundo um exemplo notável de fibra — e sou um dos otimistas, porque acredito no Brasil e no nordestino — ou o Brasil prova sua incapacidade em 5 anos e, longe de ser louvado e imitado, terá seu conceito diminuído aos olhos do mundo inteiro.

O Senhor José Joffily — Nobre Deputado Josué de Castro, quero, em primeiro lugar, congratular-me com a deliberação da FAO, de tanta significação para o mundo subdesenvolvido e, de modo especial, para o Nordeste. Sei que V. Exa. com sua reputação de cientista, seu prestígio de sociólogo, tanto tem elevado o nome do Brasil naquele organismo internacional, e sei, por isso mesmo, conforme tive ocasião de testemunhar há poucos anos, a influência que V. Exa. exerceu para que essa decisão fosse tomada. Em segundo lugar, quero acrescentar que em nossa região já se forma uma consciência, cada dia mais vigorosa, no sentido de que a fome é resultado,

como disse muito bem, V. Exa., de uma infraestrutura econômica defeituosa e desumana. E a prova ali está. O nordestino, nos dias atuais, já não atribui a sua miséria e a sua fome a fatores subjetivos, como acontecia outrora. Até há pouco tempo, o nordestino atribuía sua miséria, a explicava pura e simplesmente através da vontade divina. E, então, era a chuva que caía ou não caía do céu. Se caísse, muito bem. Havia um pouco de fartura. Se não caísse era a vontade de Deus, que pretendia conservá-lo na penúria e na fome. Hoje, porém, o nordestino vai adquirindo uma consciência crescente de que esta miséria e esta fome resultam da infraestrutura desumana e defeituosa. Daí porque, nobre Deputado, recebo a notícia da decisão do FAO com aplauso, mas, ao mesmo tempo, com certo ceticismo, porque acredito que o único instrumento de emancipação do Nordeste da fome e da miséria é reformar essa infraestrutura agrária, através da redistribuição da propriedade latifundiária.

O SR. JOSUE DE CASTRO — Agradeço o aparte elucidativo e pertinente de V. Exa. e creio que o nobre colega diminuirá o seu ceticismo quando souber que, entre as colaborações da FAO e dos outros organismos que participam da Campanha Mundial Contra a Fome, está a vinda de uma missão técnica ao Brasil, para cooperar conosco na implantação e implementação de uma reforma agrária regional no Nordeste, como fator básico de sua emancipação.

Para terminar devo declarar que, graças a este projeto aprovado, poderá contar o Nordeste com um volume vultoso de recursos, que não pode ser calculado ainda de maneira absoluta, mas que num debate realizado com os representantes do Secretariado da FAO, e outras autoridades de organismos internacionais desde que vamos dispor de verbas da Campanha Mundial Contra a Fome, da própria verba normal da FAO, do Fundo Especial da ONU, das verbas da Organização dos Estados Americanos, do Comitê Interamericano do Desenvolvimento Agrícola, criado em Ponta del Este, e o Banco de Desenvolvimento Internacional e outros organismos, com essas várias parcelas reunidas tem-se um total avaliado em cerca de 30 milhões de dólares, para serem utilizados no período de 5 anos para emancipar o Nordeste de sua fome e de sua miséria.

Não são esses 30 milhões, nem de longe, suficientes, mas são uma ajuda apreciável para o trabalho hercúleo, que está sendo realizado no Nordeste, através do planejamento da SUDENE e dos instrumentos de ação que o Governo atual tem de pôr em prática para emancipar o Nordeste, sob pena de pôr em perigo o regime, a nacionalidade e a paz continental. É neste sentido que julgo que a decisão tomada pela Direção da FAO é sábia: de alto alcance e interesse social, não apenas para o Nordeste, não apenas para o Brasil ou para a América, mas para todo o mundo subdesenvolvido. Como considero que um mundo onde 2/3 é subdesenvolvido, é subdesenvolvido na sua totalidade, o mundo inteiro é subdesenvolvido, com o subdesenvolvimento das grandes potências, ao lado do subdesenvolvimento das pequenas potências. Devo dizer, ademais, que não se limitou a esse projeto do Nordeste, embora fosse o Nordeste o grande beneficiado nas decisões da FAO — a contribuição ao Brasil. Conseguiu a delegação brasileira a vinda ao Brasil de várias missões técnicas. Uma, delas para reformar o nosso Ministério de Agricultura, tão arcaico quanto a estrutura agrária brasileira, para reformá-lo em sua estruturação e funcionalidade, para torná-lo operante e não

penas enquilosado na sua burocracia, irremediavelmente improdutivo. Uma outra missão técnica virá para reformar o ensino e a pesquisa agrícola, sem os quais não poderá haver progresso na agricultura, porque a cultura é economia, e a economia agrícola depende da produtividade e ninguém eleva os níveis de produtividade sem técnicas adequadas. A importação de processos estrangeiros, daquilo que chamo de utopias da exportação, não se adaptam às realidades brasileiras. Precisamos pesquisar aqui e aqui encontrar as soluções. Daí a importância da vinda dessa missão para, com os técnicos brasileiros, reformular os processos de ensino e pesquisas, no interesse da agricultura brasileira. Virá uma terceira missão para implementar — já antecipei — a reforma agrária que esta Casa vai aprovar, porque a Câmara tem sensibilidade e sente que o progresso brasileiro está entravado por falta de uma reforma agrária que o povo reclama a altos brados, e reclamará de maneira mais imperativa se não tivermos acuidade suficiente para fazermos racionalmente a reforma agrária, que doutra forma será feita com violência, à revelia dos poderes públicos, se esses poderes públicos não se concentrarem e encontrarem uma solução adequada para superar essa estrutura já superada pela realidade social vigente.

A vinda destas missões se fará em ascensão a solicitação formulada à FAO pelo atual Ministro da Agricultura Dr. Armando Monteiro Filho, que se encontra vivamente empenhado em reformar a economia agrícola ao país.

Além disso, obtivemos para o Brasil a instalação de dois institutos técnicos que reputo da mais alta importância, utilizando recursos do Fundo Especial das Nações Unidas e a formulação técnica da FAO. Serão instalados no Brasil dentro deste esquema um Instituto de Tecnologia Tropical, em São Paulo, e um Instituto de Tecnologia da Pesca, no sentido de desenvolver a pesca e a utilização dos produtos tropicais que hoje se estragam numa tal proporção que não é exagero se dizer que 1/3 dos produtos perecíveis no Brasil são produzidos para apodrecer e, não para alimentar as nossas populações. Esses dois institutos fazem parte das aquisições aprovadas e obtidas através do trabalho da delegação brasileira à XI Conferência da FAO.

O Sr. Menezes Cortes — Permita-me, nobre colega. Na oportunidade em que V. Exa. presta estas úteis informações à Casa, desejava saber se a nossa delegação, a qual V. Exa. tem por mais de uma vez, integrado, tem respondido aos questionários apresentados pela FAO.

O SR. JOSUE DE CASTRO — Não é a delegação que responde aos questionários. Os questionários são enviados ao Ministério do Exterior, que os encaminha aos ministérios especializados. Não sei se V. Exa. estava aqui, no momento em que dizia que não basta reformar a estrutura agrária, é necessário reformar a estrutura do Ministério da Agricultura. Se os papéis, os inquéritos, os questionários vão para o Ministério da Agricultura e lá não encontram resposta, nada podem fazer as delegações do Brasil à FAO, como esta que tive a honra de presidir, se não justificar que o Ministério da Agricultura se esforce sobremodo, mas não tem elementos para responder a esses questionários, mesmo porque essa estrutura é a expressão do subdesenvolvimento. Os países subdesenvolvidos não têm estatísticas realmente fiéis, são incompletas e não estão em condições de atender a todos os questionários. Mas, apesar dessas deficiências, é tão grande o prestígio do Brasil no seio da FAO que sou forçado a dizer, respon-

dendo à pergunta de V. Ex.<sup>a</sup>, que nosso País já ocupou a Presidência do Conselho Executivo, a Presidência do Comitê Financeiro e vários outros comitês, e, nesta conferência de 1961, o Brasil foi escolhido para o Conselho da FAO e é membro de todos comitês técnicos. E — ouçam bem — o único dos cem países da FAO que pertence a todos os comitês técnicos daquele importante organismo, eleito pelos seus pares. Ademais, os países subdesenvolvidos, 72 ao todo, me honraram com a eleição para presidir o chamado Bloco dos Países Subdesenvolvidos, o que representa uma força extraordinária que o Brasil hoje desfruta, liderando esses blocos no seio da FAO.

O Sr. **Menezes Cortes** — O que me preocupa, nobre colega, não é que a ausência desses informes prestados com oportunidade a um organismo tão importante, viesse a perturbar ou a prejudicar a posição que o Brasil ocupa ali e que V. Ex.<sup>a</sup> não bem revela. O que nos preocupa é que a falta desses informes concorrerá para que o nosso País deixe de usufruir daquelas vantagens que a organização pode proporcionar, e já está proporcionando a vários povos. V. Ex.<sup>a</sup> revela uma deficiência do nosso Ministério da Agricultura. Parece-me que devemos fazer esforços desmedidos para suprir essas falhas e, exatamente na oportunidade que estamos tendo, o que desejo é que, quando de outras delegações, a falha seja superada pelo esforço daqueles que integraram essas delegações.

O Sr. **JOSUÉ DE CASTRO** — Tem V. Ex.<sup>a</sup> inteira razão e eu abundarei mais nas razões a dar a V. Ex.<sup>a</sup>. Não é apenas esse, há outro perigo. Se o Brasil não se equipar para receber essa ajuda ela cairá no vazio, porque a ajuda só virá dentro de planos a serem elaborados com acuidade e capacidade, de modo que o Brasil precisa apressar-se para recebê-la. Tem V. Ex.<sup>a</sup> razão ainda, porque, no intervalo entre as conferências, o trabalho continua. Daí a necessidade de que assim proceda o Governo brasileiro. Mas estou otimista porque o atual Ministro da Agricultura se interessou de tal modo por essas resoluções que reuniu todos os seus diretores e eu tive a satisfação e a honra de expor a S. Ex.<sup>a</sup> e a seus auxiliares as decisões da FAO. E S. Ex.<sup>a</sup> tomou providências imediatas para que o Ministério da Agricultura se apresse a organizar-se para a vinda dessas missões técnicas. E o Sr. Ministro San Tiago Dantas, por sua vez, de tal modo se interessou pelo problema que encaminhou ao Conselho de Ministros decreto, que já foi assinado, criando o Comitê Nacional da Campanha Mundial contra a Fome, ao qual competirá, estruturar os planos do projeto de ajuda internacional ao Governo brasileiro. Veja, portanto, V. Ex.<sup>a</sup>, que sou otimista. Apesar da crise, apesar das dificuldades, apesar das deficiências, acredito nos milagres de superação do povo e do Governo brasileiro em face das dificuldades e das circunstâncias.

O Sr. **João Cleofas** — Estou acompanhando a brilhante exposição que V. Ex.<sup>a</sup> aqui faz, com extraordinária inteligência.

O Sr. **JOSUÉ DE CASTRO** — Grato a V. Ex.<sup>a</sup>.

O Sr. **João Cleofas** — Mas, tendo tido oportunidade de uma modesta contribuição no Conselho Econômico e Social, a respeito da situação do Brasil quanto ao problema da sua estrutura agrícola, ali pude observar que, infelizmente, não tem o Brasil preenchido aqueles questionários a que há pouco se referiu o Deputado Menezes Cortes. Tive oportunidade de ver também que, nos próprios anuários a respeito da situação da agricultura mundial, editados pela FAO, não há qualquer referência ao nosso País. E tive ensejo, por isto mesmo, de fazer modesta intervenção no sentido de que, aquele projeto de resolução apresentado pelos Estados Unidos e por

vários outros países no sentido de que esse próximo período fosse considerado o da técnica do desenvolvimento das Nações Unidas, o fosse também em relação ao nosso País, considerando-se como se tem descuidado do desenvolvimento de nossa agricultura.

Observei também, segundo comunicado resumindo do Secretariado Geral das Nações Unidas, que a próxima assembleia geral daquela entidade internacional vai dedicar atenção especial, ao problema de reforma agrária, e que ainda desta vez, o Brasil não respondeu à queles questionário.

Não posso concordar quando V. Ex.<sup>a</sup> diz que não o fez por deficiência do Ministério da Agricultura. É grande injustiça que V. Ex.<sup>a</sup> revela. Nem sequer aqueles trabalhos preliminares feitos quando ocupei modestamente, o Ministério, foram remetidos para a FAO ou para as Nações Unidas. Lá não se sabia, sequer que o Brasil possui um Serviço Social Rural, deficiente, sem dúvida, mas que representa um esforço e uma preocupação de melhorar as miseráveis condições de vida do homem que trabalha no nosso campo. Vejo que V. Ex.<sup>a</sup>, agora anuncia resultados auspiciosos para o nosso País.

Oxalá entrem eles em face objetiva e concreta. Mas precisamos juntar os esforços de V. Ex.<sup>a</sup>, mais brilhantes sem dúvida alguma, com os esforços de todos nós para tirarmos o Brasil desta situação melancólica de não participar, sequer, dos noticiários da própria FAO e das Nações Unidas a respeito da sua estrutura agrícola.

O Sr. **JOSUÉ DE CASTRO** — Agradeço o aparte de V. Ex.<sup>a</sup>, dado com a autoridade de um ex-Ministro da Agricultura. Tenho a impressão de que as palavras de V. Ex.<sup>a</sup> não fazem mais do que confiar o que eu disse, de que os informes não foram, porque a sua remessa é da competência do Ministério da Agricultura, que é o único organismo no Brasil com responsabilidade oficial dos problemas da agricultura. Permitto discordar de V. Ex.<sup>a</sup>, porque, numa comunicação que apresentei, dei algumas informações.

O Sr. **João Cleofas** — Eu me permitto discordar de V. Ex.<sup>a</sup>, porque numa comunicação que apresentei, dei algumas informações.

O Sr. **JOSUÉ DE CASTRO** — Em caráter pessoal, não oficial.

O Sr. **João Cleofas** — Mas dei nome da delegação brasileira. E assumi o compromisso para o qual convoco V. Ex.<sup>a</sup>, de enviar informações mais completas e mais minuciosas a respeito da posição desses problemas de nosso País. Eu me permitto também convocar V. Ex.<sup>a</sup>, que fará muito melhor do que eu, com sua prodigiosa inteligência.

O Sr. **JOSUÉ DE CASTRO** — Não apolo.

O Sr. **João Cleofas** — para o cumprimento deste compromisso.

O Sr. **PRESIDENTE** — (Ranieri Mazzilli); Atenção Solicito ao nobre orador conclua a sua oração atendendo a que já excedeu o seu tempo e devemos passar à matéria constante da Ordem do Dia.

O Sr. **JOSUÉ DE CASTRO** — Vou terminar, Sr. Presidente. Devo apenas agradecer ao eminente colega João Cleofas a cooperação que traz, dizendo que apesar de seus esforços, que acompanhei, o do seu interesse em fornecer esses dados, nem ele nem eu poderemos suprir alguma coisa que é institucional. É necessário que os órgãos oficiais do Brasil entreguem equipados para fornecer esses informes. O que fazemos como delegados é cobrir os buracos, formar em parte da suas deficiências.

O Sr. **João Cleofas** — Não me fiz bem compreender. Eu próprio, V. Ex.<sup>a</sup>, com a sua autoridade de antigo delegado junto à FAO, poderemos enviar informações àquela entidade.

O Sr. **JOSUÉ DE CASTRO** — Não são oficiais e não figuram no Anuário. Só figuram no Anuário as informações, enviadas oficialmente pelo Governo de cada País talvez do seus Ministérios do Exterior.

Para terminar, meus nobres colegas, aí estão, em poucas palavras, os resultados modestos do estágio desenvolvido pela delegação brasileira que tive a honra de presidir. Se esse esforço resultar em algum benefício autêntico para o Brasil não se deve a mim que apenas desempenhar a função de coordenar o trabalho, mas sim aos membros integrantes desta missão, que lá se esforçaram sobre modo nas várias comissões para, apoiados e respaldados no prestígio indiscutível que tem o Brasil no seio da FAO, para obterem esses resultados que são úteis para o Brasil e para o mundo, nesta cruzada de emancipações e libertação dos povos oprimidos, que é a cruzada de luta contra a fome. Através dela, podemos fazer do mundo uma só comunidade, e não um mundo dividido em dois grupos antagonísticos, aos quais aludo sempre e insisto em salientar, como uma advertência: o grupo dos pobres, miseráveis, subdesenvolvidos — dois terços da humanidade — e grupo dos que não comem; e o grupo dos ricos, privilegiados, o grupo de um terço constituído de países bem desenvolvidos o grupo que não dorme com medo da revolta dos que não comem. Precisamos criar no mundo uma só comunidade — a dos que comem e dormem, com a consciência tranqüila por não vivermos num mundo de exploração, de miséria e de injustiça social. E para essa redenção, vem contribuindo o Brasil com o sofrimento com a experiência e com o esforço de seus filhos, e de seus representantes, que por aí fora, sempre que podem, tentam modestamente elevar o nome do Brasil. (Muito bem; muito bem; palmas. O orador é cumprimentado).

*Durante o discurso do Sr. Josué de Castro do Sr. Wilson Calmon; 4.º Secretário deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ranieri Mazzilli, Presidente.*

#### O SR. PRESIDENTE:

Está findo o tempo destinado ao expediente.

Vai-se passar à Ordem do Dia.

Comparecerem mais os Senhores:

Ranieri Mazzilli.  
Sérgio Magalhães.  
José Bonifácio.  
Antonio Baby.

#### Amazonas:

Almino Afonso — PTB.  
Arthur Virgílio — PTB.  
Jayme Araújo — UDN.  
João Veiga — PTB.

#### Pará:

Deodoro de Mendonça — PSP.  
Epilogo de Campos — UDN.

#### Maranhão:

Antônio Dino — PSD.  
Clodomir Millet — PSP.  
Miguel Bahuri — PSD.  
Neiva Moreira — PSP.

#### Piauí:

Glidenor Freitas — PTB.  
Dyrno Pires — PSD.  
Lustosa Sobrinho — UDN.  
Milton Brandão — PSP.

#### Ceará:

Alvaro Lins — PSP.  
Carlos Jerissati — PTB.  
Coelho Mascarenhas — PSD.  
Dager Serra — PSD.  
Dias Macedo — PSD.  
Esmerino Arruda — PSP.  
Expedito Machado — PSD.  
Furtado Leite — UDN.  
Leão Sampaio — UDN.  
Martins Rodrigues — PSD.  
Moreira da Rocha — PR.  
Oziris Pontes — PTB.

#### Rio Grande do Norte:

Clovis Motta — PTB.  
Djalma Marinho — UDN.  
João Frederico — UDN.  
Jessé Freire — PSD.

#### Paraíba:

Abelardo Jurema — PSD.  
Humberto Lucena — PSD.  
João Agripino — UDN.  
Jacob Frantz — PTB.  
Janduí Carneiro — PSD.  
José Joffili — PSD.

#### Pernambuco:

Aderbal Jurema — PSD.  
Andrade Lima Filho — PSD.  
Arrutá Câmara — PDC.  
Barbosa Lima Sobrinho — PSB.  
Bezerra Leite — PTB.  
Dias Lins — UDN.  
Etelvino Lins — PSD.  
Geraldo Guedes — PL.  
Gileno De Carli — PSD.  
João Cleofas — UDN.  
Josué de Castro — PTB.  
Lamartine Távora — PTB.  
Milvernes Lima — PSD.  
Nilo Coelho — PSD.  
Oswaldo Lima Filho — PTB.  
João Roma.

#### Agoas:

Carlos Gomes — UDN.  
Medeiros Neto — PSD.  
Segismundo Andrade — UDN.  
Souza Leão — PSP.

#### Sergipe:

Arnaldo Garcez — PSD.  
Eivaldo Diniz — UDN.  
Leite Neto — PSD.

#### Bahia:

Clemens Sampaio — PTB.  
Edgard Pereira — PSD.  
Fernando Santana — PTB.  
Hélio Cabal — PSD.  
Hélio Machado — PDC.  
Hélio Ramos.  
Hermogenes Príncipe — PSD.  
Hildebrando de Góes — PSD.  
Luiz Viana — UDN.  
Miguel Calmon — PSD.  
Nonato Marques — PSD.  
Regis Pacheco — PSD.  
Rubem Nogueira — PSD.  
Salomão Rehem — PR.  
Teófilo de Albuquerque — PR.

#### Espirito Santo:

Alvaro Castelo — PSD.  
Lourival de Almeida — PSD.  
Oswaldo Zanelli — PRP.  
Ramon de Oliveira Netto — PTB.  
Rubens Rangel — PTB.

#### Rio de Janeiro:

Afonso Celso — PSD.  
Bocayuva Cunha — PTB.  
José Pedroso — PSD.  
Mário Tamborindeguy — PSD.  
Moacir Azevedo — PSD.  
Paiva Muniz — PTB.  
Pereira Pinto — UDN.  
Raymundo Padilha — UDN.  
Saturnino Braga — PSD.  
Tenório Cavalcanti — UDN.

#### Guanabara:

Adauto Cardoso — UDN.  
Eloí Dutra — PTB.  
Gurgel d'Amaral — PSP.  
Hamilton Nogueira — UDN.  
José Talario — PTB.  
Lycio Hauer — PTB.  
Maurício Joppert — UDN.  
Menezes Cortes — UDN.  
Rubens Bernardo — PTB.

#### Minas Gerais:

Abel Rafael — PR.  
Afrânio Rodrigues — PSD.  
Badaró Júnior — PSD.  
Bento Gonçalves — PR.  
Bias Fortes — PSD.  
Carliô do Lago — PSD.  
Carlos Murilo — PSD.  
Celso Brant — PR.  
Celso Murta — PSD.  
Feliciano Pena — PR.  
Geraldo Freire — UDN.  
Geraldo Vasconcelos — PSD.  
Guilherme Machado — UDN.  
José Alkmim — PSD.  
José Humberto — UDN.